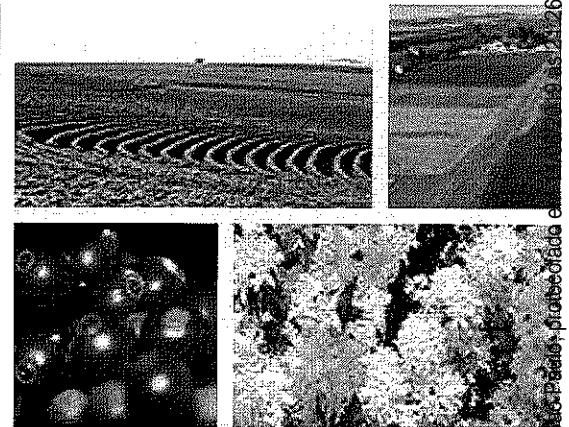
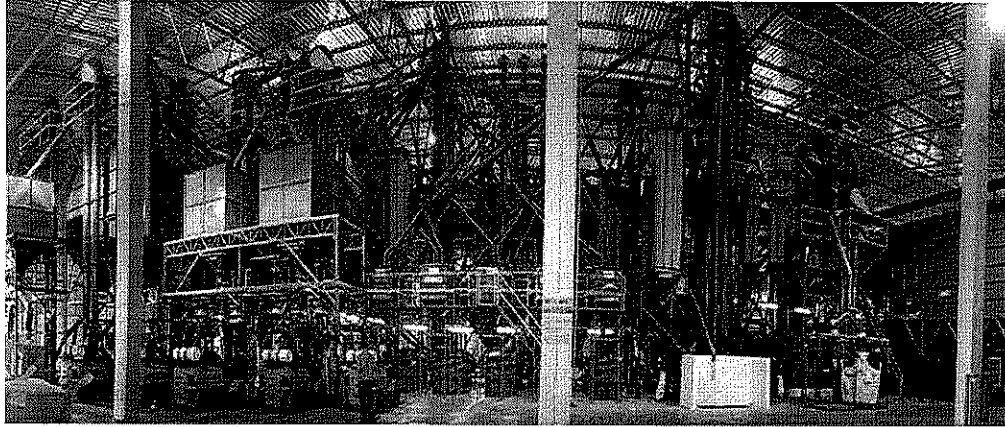


ANEXO II

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA



LAUDO DE AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO GRUPO TERRA FORTE

TERRA FORTE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CAFÉ LTDA., JODIL AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., JODIL PARTICIPAÇÕES LTDA. e JOÃO FARIA DA SILVA, todas em processo de Recuperação Judicial - Processo 1001471-18-2019.8.26.0568 em curso perante o Meritíssimo Juízo da 1ª VARA CÍVEL DO FORO DA COMARCA DE CAMPINAS-SP.

O Laudo de Viabilidade Econômico e Financeiro é apresentado, obedecendo o cumprimento ao disposto no artigo 53, da Lei de Recuperação e Falência 11.101/05;

Este documento é parte integrante do Plano de Recuperação Judicial – Anexo I;

WerteCapital1 Reestruturação e Intermediação Financeira Ltda. é responsável pela elaboração deste documento, o qual foi desenvolvido em maio de 2019.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	4
1. ESCOPO E ABRANGÊNCIA DO TRABALHO	7
2. O GRUPO TERRA FORTE	8
2.1 Estrutura Societária	12
2.2 Segmento de Atuação	14
3. O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	21
3.1 Os objetivos do Plano e sua viabilização	21
3.2 Síntese dos Meios de Recuperação	21
3.3 Viabilidade Econômica do Plano	22
3.4 Observância da Capacidade de Pagamento	22
3.5 Alienação de Ativos	23
3.6 Quadro Geral de Credores	23
3.7 Plano de Pagamento dos Credores	23
Classe I - Credores trabalhistas:	24
Classe II - Credores com Garantia Real.	24
Classe III - Credores Quirografários	25
Classe IV - Credores Microempresas	26
4. PROJEÇÕES	27
4.1 Perspectivas do Segmento	27
4.2 Laudo de Viabilidade Econômico Financeira	27
Metodologia	27
Premissas Utilizadas	28
A) Faturamento:	28
B) Composição custos:	29



C) Despesas operacionais:	30
D) Depreciação:	31
E) Outros Resultados Operacionais:	31
F) Despesas Financeiras:	32
• Nas despesas financeiras estão lançados os encargos dos Créditos Aderentes ao Plano de Recuperação Judicial, além das novas captações previstas.....	32
G) Provisão para IRPJ/CSLL	32
H) Necessidade de Capital de Giro:	32
I) CAPEX:	32
J) Captação de Novos Recursos:	32
K) Capitalização:	33
4.3 Demonstrativo de Resultados Projetado (Valores Estimados em Milhões de Reais)	34
4.4 Fluxo de Caixa Projetado (Valores Estimados em Milhões de Reais)	35
5 Conclusão	36



INTRODUÇÃO

Esse laudo econômico financeiro anexo ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Terra Forte foi elaborado pela WerteCapital1 Reestruturação e Intermediação Financeira Ltda. (“Werte Capital 1”) na qualidade de assessor financeiro da **TERRA FORTE EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CAFÉ LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.805.743/0001-88, com sede na Alameda Franca, nº 1.050, 8º andar, conjunto 81, Bairro Jardim Paulista, São Paulo-SP, CEP 01422-001 (“Terra Forte”), **JODIL AGROPECUÁRIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.197.922/0001-17, com sede na Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, salas 201 e 202, Jardim Madalena, Campinas-SP, CEP 13.091-611 (“Jodil Agro”); **JODIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade limitada inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.460.624/0001-10, com sede na Avenida Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, salas 202-A, Jardim Madalena, Campinas-SP, CEP 13.091-611 (“Jodil Participações”); e **JOÃO FARIA DA SILVA**, empresário rural com inscrição no CPF/MF sob o nº 095.027.428,34 e CNPJ/MF sob o nº 08.047.371/0001-30, com sede na Fazenda Iгурê, s/n, zona rural do Município de Garça-SP, CEP 17.400-000 (“Sr. João Faria” e, em conjunto com as demais, “Recuperandas” ou “Grupo Terra Forte”).

Esse Laudo tem por objetivo cumprir os critérios previstos no art. 170, §1º, da LSA e art. 53, III, atestando a viabilidade do Plano, tendo em vista as premissas aqui adotadas e as ressalvas contidas neste documento.

A Werte Capital 1 está desde 2010 no mercado contando com profissionais altamente qualificados, com sólida formação acadêmica e vasta experiência empresarial. A equipe da Werte Capital 1 é composta por profissionais que possuem amplo conhecimento de mercado, com forte relacionamento junto a instituições financeiras. Todas as equipes envolvidas em cada projeto são lideradas por consultores seniores por toda a sua duração.

Com mais de 60 projetos dentre os mais diferentes setores da economia ao longo desses 9 anos, o principal ativo da Werte Capital 1 é seus casos de sucesso.



A Werte Capital 1 possui a missão de fornecer soluções que agreguem valor aos negócios dos seus clientes, sempre buscando excelência no atendimento na solução de transações complexas e assim ser reconhecida como uma das melhores consultorias financeiras em Reestruturação Financeira, Recuperação Judicial, Análise de Viabilidade Econômico e Financeiro do mercado brasileiro. Seus principais valores são ética, valorização profissional, evolução e atualização constante, responsabilidade social.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Laudo Econômico Financeiro (“Laudo de Avaliação”) foi elaborado pela Werte Capital 1 com o objetivo de emissão de um laudo técnico sobre a capacidade financeira e o plano de recuperação judicial (“Plano de Recuperação”) do Grupo Terra Forte.

Respeitado o disposto neste Material e verificadas as premissas consideradas no Laudo de Avaliação e nos demais capítulos do presente Material, é possível afirmar que o Plano de Recuperação analisado pela Werte Capital 1 apresenta premissas econômicas, financeiras e comerciais que, se cumpridas e/ou verificadas, têm condições de viabilizar a desejada reestruturação do Grupo Terra Forte. O Laudo de Avaliação contém informações, estimativas e projeções elaboradas, coletadas ou revisadas por terceiros ou obtidas de fontes públicas, as quais, todavia, não foram verificadas de forma independente pela Werte Capital 1. Tais informações estão sujeitas a erros. Além disso, o conteúdo da apresentação não foi analisado e/ou verificado sob o ponto de vista legal, contábil, tributário, fiscal ou de qualquer outro ponto de vista que não o econômico-financeiro. As análises e avaliações contidas no Laudo de Avaliação se baseiam em previsões de resultados financeiros futuros. O Laudo de Avaliação não é necessariamente indicativo de resultados futuros reais, que poderão ser significativamente mais ou menos favoráveis do que os sugeridos nestas projeções, tendo em vista, ainda, que estas análises são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão fora do controle da Werte Capital 1.

As premissas utilizadas na elaboração do Laudo de Avaliação foram, em grande parte, fornecidas pelo Grupo Terra Forte e refletem sua expectativa em relação ao futuro, tendo impacto nos negócios atuais e futuros do Grupo Terra Forte e, portanto, em suas projeções financeiras. Com relação à preparação do Laudo de Avaliação, a Werte Capital 1 analisou, entre outras informações: (i) análises e projeções financeiras do Grupo Terra Forte, elaboradas pelas respectivas administrações; (ii) demonstrações



financeiras consolidadas, e balanços patrimoniais; (iii) certas outras informações financeiras gerenciais relativas ao Grupo Terra Forte; (iv) saldos de caixa e bancos, empréstimos e outras obrigações de dívida e provisões; e (v) certas informações disponíveis ao público em geral. Ademais, a Werte Capital 1 realizou reuniões com membros integrantes da administração das empresas do Grupo Terra Forte e seus consultores com relação às suas avaliações sobre os negócios e operações, condições financeiras, informações contábeis históricas, e perspectivas futuras. O escopo do Laudo de Avaliação não incluiu a auditoria ou revisão das demonstrações financeiras das empresas do Grupo Terra Forte ou a verificação da veracidade de todas as informações transmitidas pela companhia, seus funcionários e prepostos. Confiamos, portanto, na qualidade, suficiência, exatidão e completude de tais informações. Além disso, não acreditamos que os administradores e executivos da Companhia estavam cientes de qualquer fato ou circunstância que fizesse com que tais informações se tornassem inexatas ou transmitissem um entendimento equivocado. Não assumimos qualquer responsabilidade ou obrigação relacionada à exatidão, veracidade, integridade ou suficiência de tais informações, as quais são de única e exclusiva responsabilidade do Grupo Terra Forte. Adicionalmente, nós não assumimos qualquer obrigação de conduzir, como de fato não conduzimos, qualquer inspeção física das propriedades e instalações do Grupo Terra Forte ou qualquer forma de investigação independente sobre as informações fornecidas pelo Grupo.

A Werte Capital 1 não garante e nem assume qualquer responsabilidade pela correção, suficiência, consistência ou completude de qualquer das informações apresentadas no Laudo de Avaliação, por qualquer omissão ou por quaisquer perdas ou danos, de qualquer natureza, que decorram do uso das informações contidas no Laudo de Avaliação, ou que sejam obtidas por qualquer outro meio. A Werte Capital 1 não é responsável pela conclusão das operações descritas neste Material e seu conteúdo não deve ser interpretado como aconselhamento financeiro, tributário, fiscal, jurídico ou de qualquer outra natureza.

As premissas e projeções consideradas no Laudo de Avaliação levam em consideração o cenário macroeconômico atual juntamente com as perspectivas do setor de atuação do Grupo Terra Forte. No entanto, em se tratando de projeções, o cenário apresentado pode não se confirmar, tendo em vista fatores externos à organização, incluindo alterações no cenário macroeconômico, políticas monetárias e fiscais, riscos de inadimplência e fatores de mercado. Importante ressaltar que a efetivação das projeções



dependerá também do cumprimento das medidas de reestruturação apresentadas no Plano por parte do Grupo Terra Forte, concomitantemente com as tendências e projeções descritas neste documento.

Além disso, em função dos julgamentos subjetivos e das incertezas inerentes às projeções, e considerando que as projeções se baseiam em determinadas suposições sujeitas a incertezas e contingências relevantes externas ao controle do Werte Capital 1 não há garantia de que as projeções ou conclusões extraídas das mesmas serão concretizadas.

O Laudo de Avaliação contido neste foi elaborado a pedido do Grupo Terra Forte e não deve ser interpretado por qualquer credor como recomendação de investimento ou opinião em relação à recuperação judicial, nem deve ser utilizado por qualquer credor como instrumento para tomada de decisão de voto ou para exercer quaisquer outros direitos no contexto da recuperação judicial. Adicionalmente, o Laudo de Avaliação deverá ser considerado somente em sua totalidade para fins de avaliação independente e, portanto, qualquer análise ou conclusão baseada em partes isoladas ou segmentos tomados fora do contexto geral será considerada incompleta e, possivelmente, incorreta. Por fim, o Laudo de Avaliação contido neste Material não deve ser utilizado para nenhuma outra finalidade além do encaminhamento ao Juízo da Recuperação Judicial, como parte integrante do Plano de Recuperação, conforme estabelecido na Lei Nº 11.101/05, art. 53.

Ressalta-se que a Werte Capital 1 não atua como perita, auditora, contadora, testemunha, gestora, nem mesmo produz compilação, revisão, validação ou qualquer outra qualidade que gere responsabilidade pelas informações trazidas neste laudo econômico-financeiro em questão, uma vez que, como já citado, o Laudo foi elaborado apenas com base em informações fornecidas pelo próprio Grupo Terra Forte.

Deve-se notar que o estudo da viabilidade econômico-financeira se fundamentou nos resultados projetados e contém estimativas que envolvem riscos e incertezas quanto a sua efetivação, visto que dependem parcialmente de fatores externos à gestão do Grupo Terra Forte tendo, portanto, caráter incerto. Cabe o esclarecimento de que eventualmente poderá ocorrer diferenças entre os resultados projetados e os resultados futuros reais.



Por fim, salienta-se que não é parte do escopo dos serviços prestados pela Werte Capital 1, atividades relacionadas à gestão do Grupo Terra Forte, sendo essa atividade de responsabilidade exclusiva da Administração das Recuperandas.

1. ESCOPO E ABRANGÊNCIA DO TRABALHO

A elaboração e análise do parecer técnico, a qual se destina este documento, tem por objetivo demonstrar a viabilidade, a capacidade de pagamento e a evolução da saúde financeira do Grupo Terra Forte ao longo do período projetado, levando em consideração os meios de recuperação elencados no Plano de Recuperação Judicial apresentado.

Primordialmente, deseja-se demonstrar nos termos da Lei de Falências e Recuperação de Empresas as bases financeiras, operacionais e estratégicas em direção a superação da sua crise estrutural e econômica, de forma a preservar e maximizar sua função social como entidade geradora de bens, recursos, empregos e tributos.

Este Laudo apresentará as projeções consolidadas de resultados e de fluxo de caixa do Grupo Terra Forte, fornecendo subsídios para suportar o Plano nos aspectos das projeções econômico-financeiras, conforme requerido pela Lei 11.101/05 de Recuperações e Falências. Nenhum outro objetivo pode ser tácito ou deduzido, sendo este documento destinado exclusivamente para a finalidade ora descrita.

As projeções para o período de 13 anos foram realizadas com base nas informações históricas e nas perspectivas do próprio Grupo Terra Forte em relação ao comportamento de mercado, preços, custos e valores do passivo inscrito no processo de recuperação judicial. As projeções levam em consideração o cenário macroeconômico atual juntamente com as perspectivas do setor de atuação do Grupo Terra Forte. No entanto, em se tratando de projeções, o cenário apresentado pode não se confirmar, tendo em vista fatores externos à organização, incluindo alterações no cenário macroeconômico, políticas monetárias e fiscais, riscos de inadimplência e fatores de mercado. Importante ressaltar que a efetivação das projeções dependerá também do cumprimento das medidas de reestruturação apresentadas no Plano por parte do Grupo Terra Forte, concomitantemente com as tendências e projeções descritas neste documento.



As informações fornecidas pelo Grupo Terra Forte serviram de base para construção da projeção econômica e financeira. As análises contidas neste documento são baseadas em projeção de resultados futuros através de premissas alinhadas juntamente com a diretoria da Grupo Terra Forte, refletindo as expectativas que a Recuperanda espera para o futuro.

O entendimento do potencial de geração de valor do Grupo Terra Forte e de sua capacidade de honrar compromissos estabelecidos será devidamente apresentado neste diagnóstico, que embasa a estratégia empresarial de sua retomada, atendendo aos interesses de seus credores, com objetivos de:

- (i) analisar os meios e premissas que balizaram o Plano de Recuperação Judicial, apresentando em conjunto às projeções de fluxo de caixa e resultado do Grupo Terra Forte;
- (ii) elencar o rol de premissas utilizadas para que a Recuperanda obtenha sucesso na sua Recuperação;
- (iii) demonstrar aos credores a projeção da evolução da situação financeira da recuperada bem como a programação do pagamento da dívida;
- (iv) emitir o parecer técnico sobre a viabilidade econômico-financeiro do Grupo Terra Forte;
- (v) Atender os requisitos estabelecidos pelo Art. 53 da Lei 11.101 de 2005, a qual trata da Recuperação Judicial e Falência de Empresas.

2. O GRUPO TERRA FORTE

O Grupo Terra Forte foi idealizado em 2004 pelo Sr. João Faria, produtor rural desde 1980, com o objetivo de criar um grupo empresarial que reunisse produção, beneficiamento e exportação de café arábica; o principal objetivo era abastecer o mercado nacional e catalisar exportações para o mercado internacional. A partir da combinação do conhecimento de gerações na produção de café pelo Sr. João Faria, o Grupo Terra Forte cresceu rapidamente, tornando-se o maior exportador de café do Brasil e titular de diversas



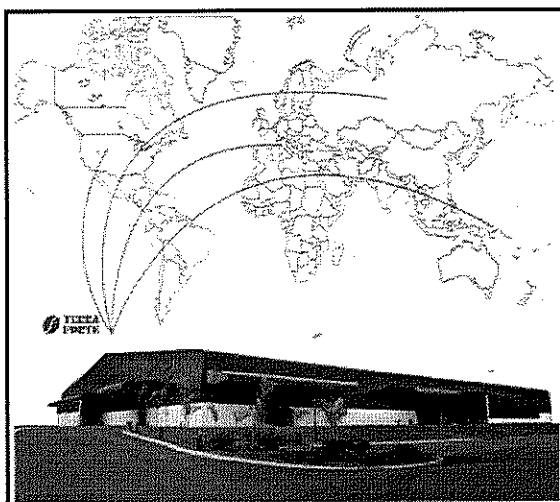
certificações nacionais e internacionais em razão da qualidade do café produzido (por exemplo, o Grupo Terra Forte foi classificado como 1º no ranking do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil¹).

Em números, o Grupo Terra Forte representa 6,5% da exportação de todo o café nacional. Do seu estoque e produção, 26,66% é destinado ao mercado interno e 73,34% é exportado, majoritariamente, para EUA e Europa. Ao todo, são mais de 1 milhão de sacas de café comercializadas por ano, sendo certo que parte dessa operação advém da produção do Sr. João Faria que chegou a ser reconhecido como o maior produtor individual de café do mundo².

Para a consecução da sua atividade empresarial, o Grupo Terra Forte detém 5 fazendas de produção de café e 2 plantas industriais de beneficiamento e estocagem; uma em São João da Boa Vista-SP (sede operacional) e outra em Poços de Caldas-MG; juntas, as plantas congregam a capacidade de beneficiamento de larga escala e armazenagem total de mais de 800.000 sacas de café.

Confira-se os principais aspectos da infraestrutura do Grupo Terra Forte:

Planta Industrial de São João da Boa Vista-SP



- ✓ 15.836,72 metros quadrados de área total, sendo 8.247,81 metros quadrados de área construída;
- ✓ Localização privilegiada próxima ao polo produtor de café no Estado de São Paulo e na beira da Rodovia SP-344 que permite o escoamento rodoviário do café (tanto para exportação via Porto de Santos-SP, quanto para abastecimento do mercado interno);
- ✓ Capacidade de armazenagem de 100.000 sacas de café;
- ✓ 351.483 sacas de café exportadas no último ano (2018);
- ✓ 54 funcionários ativos;
- ✓ Realiza o abastecimento do mercado interno.

¹ <http://www.cecafe.com.br/>

² <https://www.cafepoint.com.br/noticias/giro-de-noticias/joao-faria-da-silva-maior-produtor-de-cafe-do-mundo-47408n.aspx>

Planta Industrial de Poços de Caldas-MG



- ✓ 84.700 metros quadrados de área total, sendo 21.123,38 metros quadrados de área construída;
- ✓ Localização privilegiada no principal polo de nacional de produção de café e na beira da Rodovia BR 267 (Rod. Vital Brasil), facilitando o transporte rodoviário;
- ✓ Capacidade de armazenagem de 700.000 sacas de café;
- ✓ 1.175.893 sacas de café exportadas no último ano (2018);
- ✓ 13 funcionários ativos;



Fazendas – Estado de São Paulo e Minas Gerais

FAZENDA IGURÊ
 Município: Garça - SP
 Área total: 2352 ha
 Área com café: 810 ha
 Variedades de café cultivados:
 Mundo Novo: 605 ha (1.698.000 pés)
 Obatã: 115 ha (502.000 pés)
 Catucaí: 10 ha (44.500 pés)
 Icatu: 80 ha (286.000 pés)
 Total: 810 ha (2.530.500 pés)

FAZENDA SAMAMBAIA
 Município: Alfenas - MG
 Área total: 385 ha
 Área com café: 275 ha
 Variedades de café cultivados:
 Mundo Novo: 158 ha (290.500 pés)
 Catucaí: 50 ha (234.000 pés)
 Obatã: 2 ha (10.000 pés)
 Catucaí: 17 ha (78.500 pés)
 Icatu: 48 ha (160.000 pés)
 Total: 275 ha (773.000 pés)

FAZENDA SÃO SEBASTIÃO
 Município: Campos Gerais - MG
 Área total: 630 ha
 Área com café: 330 ha
 Variedades de café cultivados:
 Mundo Novo: 265 ha (1.200.000 pés)
 Catucaí: 65 ha (320.000 pés)
 Total: 330 ha (1.520.000 pés)

FAZENDA CAMPO VERDE
 Município: Campo do Meio - MG
 Área total: 1056 ha
 Área com café: 920 ha
 Variedades de café cultivados:
 Mundo Novo: 485 ha (1.420.000 pés)
 Catucaí: 270 ha (570.000 pés)
 Obatã: 10 ha (56.000 pés)
 Acaiá: 130 ha (675.000 pés)
 Icatu: 25 ha (133.000 pés)
 Total: 920 ha (2.854.000 pés)

FAZENDA SÃO JOSÉ DO INDAIÁ
 Município: Campo do Meio - MG
 Área total: 620 ha
 Área com café: 460 ha
 Variedades de café cultivados:
 Mundo Novo: 334 ha (1.184.000 pés)
 Catucaí: 48 ha (210.000 pés)
 Acaiá: 47 ha (160.000 pés)
 Catucaí: 10 ha (65.800 pés)
 Icatu: 21 ha (75.800 pés)
 Total: 460 ha (1.695.600 pés)

Note-se que, pelas mãos do Sr. João Faria, empresário produtor rural há décadas, as fazendas se tornaram referência mundial na produção de café, tanto em volume quanto em qualidade; nelas atualmente são produzidas 5 espécies diferentes de café: Mundo Novo, Obatã, Catucaí, Icatu e Acaiá.



O Grupo Terra Forte conta com aproximadamente 350 colaboradores, diretos e indiretos, gera aproximadamente R\$ 36.000.000,00 em tributos de competência federal, estadual e municipal por ano (cujo pagamento, aliás, está em dia; praticamente não há dívida tributária). Ademais, o grupo tem relação de interdependência com mais de 540 produtores rurais que utilizam a estrutura do grupo para beneficiamento e exportação de café, envolvendo, nesse aspecto, milhares de empresários e colaboradores da zona rural.

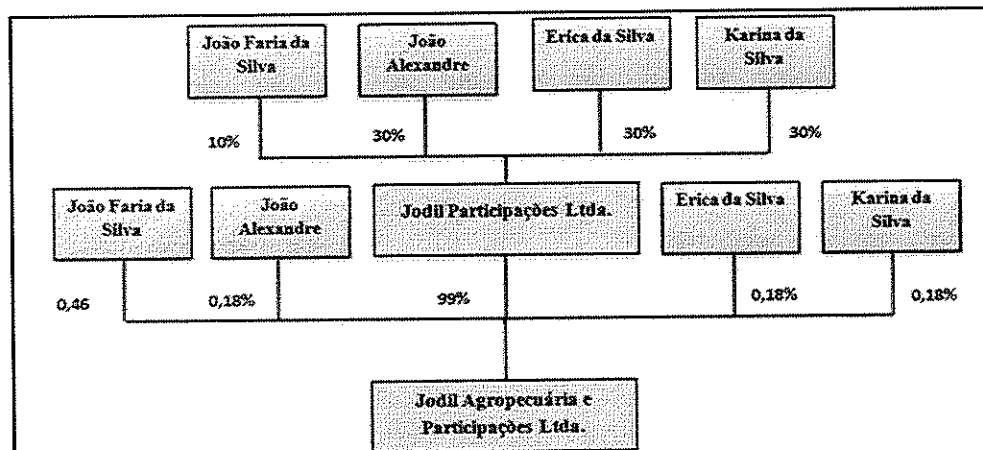
Esses números conduzem à conclusão óbvia de que o Grupo Terra Forte desempenha papel de grande relevância para o desenvolvimento econômico e social dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. Esse papel é ainda mais relevante nos municípios onde o Grupo Terra Forte opera: São João da Boa Vista-SP, Garça-SP, Poços de Caldas-MG, Alfenas-MG, Campo do Meio-MG e Campos Gerais-MG. Em paralelo, vale registrar que, por representar 6,5% da exportação de todo o café nacional – uma das commodities mais importantes –, as atividades do Grupo Terra Forte influenciam diretamente a balança comercial do país.

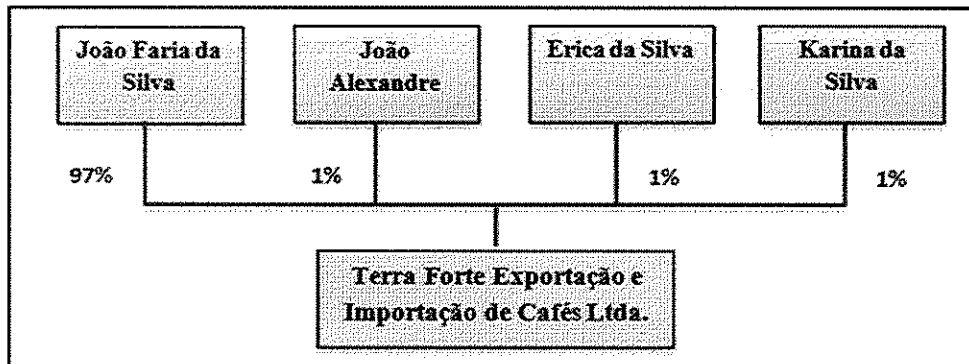
Cuida-se, portanto, de um dos grupos mais relevantes do ramo cafeeiro do Brasil e que, em razão da grave crise financeira, necessita se reestruturar.

2.1 Estrutura Societária

O Grupo Terra Forte é estruturado pelas sociedades Terra Forte, Jodil Agropecuária e Jodil Participações, em conjunto com o Sr. João Faria (na qualidade de empresário rural), que, de outro lado, exerce o controle / administra todas as sociedades. Confira-se os organogramas a seguir:

Figura 1: Organograma societário do Grupo Terra Forte





Fonte: Companhia

- ✓ **Terra Forte.** Trata-se de uma das empresas nacionais mais relevantes do ramo do café, sendo responsável por 6,5% da exportação brasileira. Por meio de 2 (duas) plantas industriais; uma em São João da Boa Vista-SP e outra em Poços de Caldas-MG, a Terra Forte congrega a capacidade de beneficiamento e armazenagem de mais de 800.000 sacas de café. A Terra Forte é controlada pelo Sr. João Faria, sendo que os demais membros da família são cotistas minoritários.
- ✓ **Jodil Agropecuária.** Sociedade detentora das fazendas produtoras de café (mediante arrendamento para o Sr. João Faria). São no total 5 fazendas, que produzem milhares de sacas de café por ano, de 5 qualidades e espécies diferentes. São fazendas altamente produtivas e que geram centenas de empregos e milhões de reais em tributos todos os anos. Além disso, as fazendas ocupam posição de destaque nacional no mercado pela qualidade e volume de produção de café.
- ✓ **Jodil Participações.** Trata-se de sócia majoritária da Jodil Agro, figurando como uma espécie de *holding* idealizada para otimizar a administração, governança e

consecução dos negócios do Grupo Terra Forte, extremamente comum para operações que detém braços patrimoniais

- ✓ **Sr. João Faria.** Na última década, chegou a ser considerado o maior produtor de café do mundo. Ele é o gestor da produção de café nas fazendas da Jodil Agro e idealizador do Grupo Terra Forte, responsável por plantação que supera mais de 18 milhões de pés de café arábica, com produção anual de mais de 180 mil de sacas de café por ano, além de produzir e comercializar café como empresário rural individual.

Há, sem dúvidas, uma relação umbilical entre as três sociedades e o Sr. João Faria. O Sr. João Faria que administra toda a produção de café plantado nas fazendas da Jodil Agro que, por sua vez, é administrada mediante a governança estruturada pela Jodil Participações. O café produzido por Jodil Agro e o Sr. João Faria é escoado, em sua integralidade, para o mercado nacional e internacional pela Terra Forte (100% do café produzido pelo Sr. João Faria é comercializado pela Terra Forte no mercado nacional e internacional).

2.2 Segmento de Atuação³

2.2.1 Dados Gerais

De 2012 a 2017, as exportações brasileiras do complexo café (verde, solúvel, torrado e moído) totalizaram 200 milhões de sacas, trazendo US\$ 35 bilhões de divisas para o País. Em 2017, as exportações foram de 30,9 milhões de sacas e a receita de US\$ 5,24 bilhões, ocupando a 5ª posição entre os produtos mais exportados pelo agronegócio brasileiro.

Hoje, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, a área total cultivada no País com café (arábica e conilon) totaliza 2,16 milhões hectares. Desse total, 319,72 mil hectares (14,8%) estão em formação e 1,84 milhão de hectares (85,2%) em produção, e estão divididos em cerca de 300 mil produtores, predominando mini e pequenos, distribuídos em aproximadamente 1.900 municípios nos

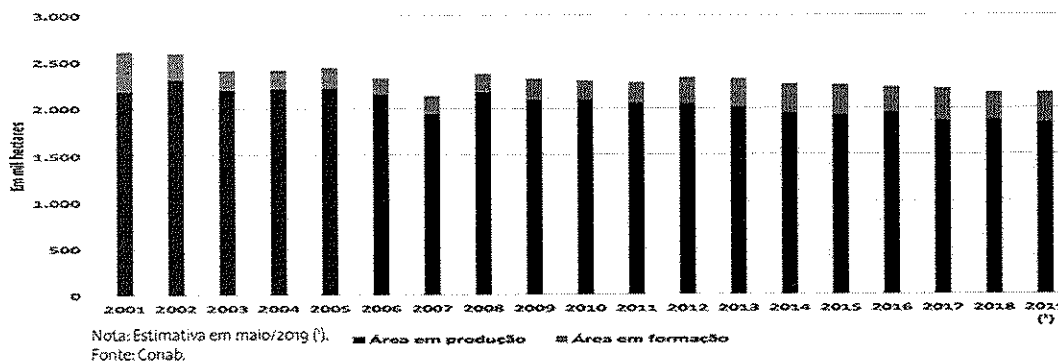
³ FONTE: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Conab; Cecafe e Bacen

Estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Rondônia, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Pará.

Atualmente, a produção da espécie arábica está concentrada nos Estados de Minas Gerais, como maior produtor, seguido por São Paulo, Espírito Santo e Bahia. Esses quatro estados concentram 85% da produção nacional dessa espécie, segundo a Conab. O café conilon, o qual representa 95% da produção nacional, é cultivado principalmente no Espírito Santo, Bahia e Rondônia.

Na atual safra, a área em produção foi reduzida em 1,1%, enquanto a área em formação aumentou 8,7% em relação à safra passada. Por se tratar de uma safra de bienalidade negativa, é normal que os produtores aproveitem para realizar tratos culturais nas lavouras e, conseqüentemente, diminuir a área em produção.

Gráfico 1 - Área total de café (arábica e conilon)



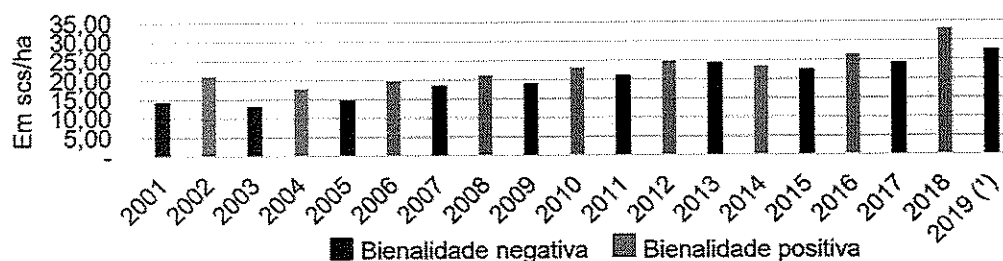
De acordo com os dados da Conab e do Ministério da Agricultura, a área de café para esta safra é praticamente igual à de 2018. É possível observar a redução da área de produção nos últimos anos em virtude do ganho de produtividade que os produtores têm alcançado, o qual se justifica pela aplicação de novas tecnologias a essa cultura. A queda de área é uma tendência, tanto em estados com menor área cultivada quanto nos maiores, como é o caso do Espírito Santo. Dos principais estados produtores, apenas Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro apresentam ganho na área cultivada no período de 2001 a 2019. Na região da Zona da Mata, em Minas Gerais, houve uma diminuição da área em produção, já que parte das lavouras precisou ser reformada (renovação, podas, substituição).



2.2.2 Produção Ano-safra 2018/2019

A Conab estima que para safra 2019 a produtividade média seja de 27,63 scs/ha, isso equivale à redução de 16,5% em relação à safra passada. Tal diminuição deve ocorrer em quase todas as principais regiões produtoras, principalmente àquelas que dispõem de café arábica, devido aos impactos ocasionados pela bialidade negativa, além das condições climáticas desfavoráveis registradas entre dezembro de 2018 e janeiro de 2019. Onde predomina o cultivo de conilon, a expectativa é de rendimento médio melhor que da safra passada, em razão das características fisiológicas que tem a espécie, e sua maior resistência aos efeitos da bialidade.

Gráfico 2 – Produtividade de café total (arábica e conilon) no Brasil



Legenda: (*) Estimativa em maio/2019.
Fonte: Conab.

Dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) compilados pelo Cecafé mostraram que o Brasil exportou, no total (café verde, solúvel e torrado e moído), 35,2 milhões de sacas em 2018, 13,9% mais que em 2017. Desse total, 31,5 milhões de sacas foram de café verde, um incremento de 15% na comparação. A receita das vendas, porém, caiu 3%, para US\$ 5,1 bilhões, por causa do câmbio e da queda dos preços em razão da oferta elevada. O preço médio da saca registrou baixa de 14,9%, para US\$ 144,53.

2.2.3 Exportação

Segundo o Cecafé, com relação as exportações de café brasileiro no ano-safra 2018/2019 (jul/18 a abr/19), o Brasil exportou até agora 34 milhões de sacas no período acumulado, aumento de 30,4% em relação à mesma base comparativa do ano anterior, quando o país embarcou 26,1 milhões de sacas.



Ainda no período safra 2018/2019, destaca-se o melhor desempenho nos embarques de café arábica dos últimos 5 anos, que alcançou 28,2 milhões de sacas e registrou um crescimento de 23,4% em relação a base comparativa anterior.

Entre os dez principais destinos de café brasileiro no ano-civil (jan-abr) estão os Estados Unidos, que importaram 2,4 milhões de sacas de café (18,4% do total embarcado no mês pelo Brasil). O segundo principal destino é a Alemanha, com 2,2 milhões de sacas importadas (16,8% da participação total no período).

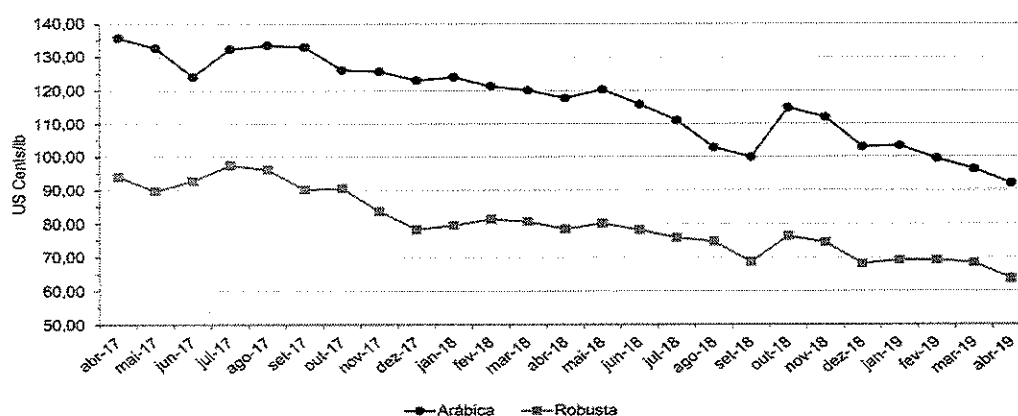
Outro ponto importante a ser observado foi que as exportações de café brasileiro para todos os principais destinos registraram crescimento, comparando-se o volume exportado de janeiro a abril deste ano com o volume exportado no mesmo período do ano passado. Os quatro dos dez listados que registram maior aumento na importação de café brasileiro foram, na ordem: Reino Unido (crescimento de 54%); Turquia (45%); Japão (37%) e EUA (36%).

2.2.4 Preços

Entre janeiro de 2017 e abril de 2019, os preços do café arábica recuaram cerca de 38,13%, saindo de US\$ 148,69 Cents/lb para US\$ 91,99 Cents/lb em abril de 2019. De forma bastante parecida, o contrato do conilon se desvalorizou 36,78%, saindo de US\$ 100,72 Cents/lb ou US\$ 2.220,38 a tonelada, para US\$ 63,67 Cents/lb ou US\$ 1.403,76 a tonelada. Fazendo-se um comparativo dos números da safra 2018/19 com os da safra 2017/18, chega-se à seguinte conclusão: enquanto a produção mundial do ano-safra 2018/19 aumentou 9,14%, o crescimento estimado para as variáveis consumo e exportação foi bem menor, 2,06% e 4,22%, respectivamente, resultando em sobra de produto. Nesse sentido e, em consonância com as previsões do Usda, o café no corrente ano/safra vai registrar um superávit de 10.904 mil sacas, já que o volume estimado para o consumo é inferior ao da produção. Com os volumes de oferta superando a demanda, o mercado vem reagindo a essa situação, com as cotações em franco processo de queda, somente interrompido em outubro de 2018, em decorrência do processo eleitoral no Brasil, oportunidade em que o dólar apresentou uma forte valorização, refletindo, momentaneamente, uma inquietação no mercado, que especulava a respeito do resultado final do pleito, mas, na sequência, deu-se segmento a sua tendência de queda, devendo, assim, continuar por mais tempo, na melhor das hipóteses, até o final do corrente ano-safra 2018/19, que se encerra em setembro de 2019. Ressalta-se que não há, por enquanto,

sinalização de mudanças nos fundamentos do mercado, que continua bem abastecido, então, a tendência é de continuidade desse cenário de queda dos preços. Tal situação, que é confortável para os demandadores do produto, porém, desconfortável sob o ponto de vista financeiro para os produtores, só é passível de mudança se algum fenômeno de ordem climática (precipitações pluviométricas excessivas) ocorrer daqui para a frente, com potencial para prejudicar o andamento da safra 2019/20.

Grafico 3 – Evolução mensal dos preços futuros negociados na ICE Nova Iorque e Liffe Londres



Fonte: Bolsas ICE/Liffe.

A performance dos preços do café no mercado brasileiro não difere em quase nada ao desempenho das cotações internacionais. O mercado nacional opera em consonância com o comportamento das negociações que ocorrem no âmbito das bolsas de Nova Iorque e de Londres. A partir de janeiro de 2018 até abril de 2019, o principal fator que vem dando suporte aos cafeicultores no processo de comercialização do produto (impedindo que as cotações tivessem quedas mais acentuadas), direcionado para os mercados interno e de exportação, é o dólar, que, no período, apresentou expressiva valorização em relação ao real, compensando as perdas provocadas pelas quedas de preços da commodity nos mencionados mercados futuros.

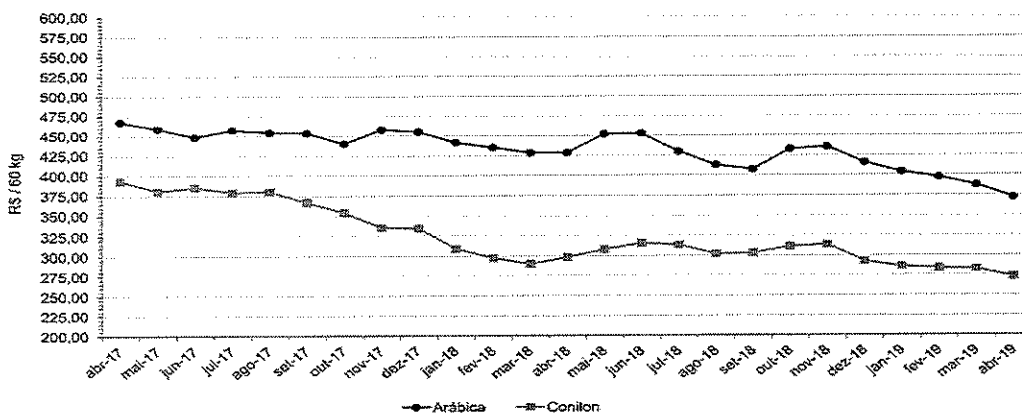
O baixo desempenho dos preços do café parece não ter limites, *traders* e fundos de investimentos tem atuado nas bolsas especulando com o tamanho da safra brasileira 2019/20 (cujas projeções vão de 52 a 58 milhões de sacas), por eles considerada, até então, muito boa, em que pese ser menor que a de 2018/19, dada a questão da bienalidade negativa. Mas as especulações não param por aí, pois já começam a



precificar o tamanho da safra brasileira de 2020/21. Nesse sentido, as projeções vão na linha em que será superior à produção colhida em 2018.

Enfim, com todo esse cenário, a tendência natural é que os preços do café no Brasil e no mundo continuem declinando por um bom período de tempo. As cotações no mercado brasileiro apresentaram o seguinte comportamento nos últimos 15 meses: entre janeiro de 2017 e abril de 2019 os preços do café arábica, Tipo 6, bebida dura para melhor, recebidos pelos produtores, recuaram cerca de 28,15%, saindo de R\$ 518,00 a saca de 60 quilos para R\$ 372,18 a saca de 60 quilos em abril de 2019. De forma ainda mais intensa o café conilon se desvalorizou 42,65%, recuando de R\$ 476,75 a saca de 60 quilos, para R\$ 273,40, em abril de 2019.

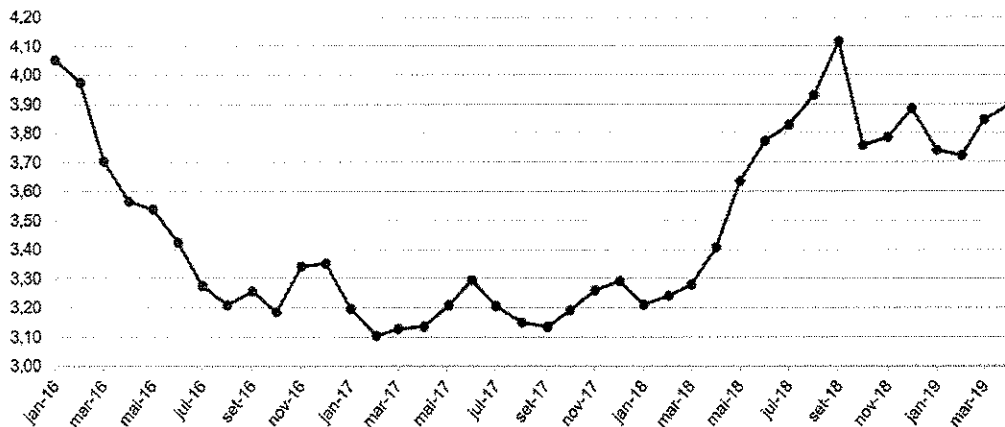
Gráfico 4 – Preços mensais recebidos pelos produtores de café arábica em Minas Gerais e conilon no Espírito Santo



Fonte: Conab



Gráfico 5 – Evolução Mensal R\$/US\$



Fonte: Bacen.

A queda dos preços do produto no mercado internacional e, por extensão, no mercado brasileiro, deve-se à maior oferta do produto no mercado mundial que, por sua vez, mostra-se superior às necessidades demandadas pelas indústrias de torrefação, que no momento está sobrando produto no mercado mundial do café.

2.2.5 Impacto Social

Atualmente, o café é relevante fonte de receita para centenas de municípios, além de ser um importante setor na criação de postos de trabalho na agropecuária nacional. Os expressivos desempenhos da exportação e do consumo interno conferem sustentabilidade econômica ao produtor e sua atividade.

A cadeia produtiva de café é responsável pela geração de mais de 8 milhões de empregos no País, proporcionando renda e acesso à saúde e à educação para os trabalhadores e suas famílias.



3. O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

3.1 Os objetivos do Plano e sua viabilização

Com objetivo da retomada do equilíbrio financeiro e estagnação da crise, as Recuperandas efetuaram o pedido de Recuperação Judicial. O plano visa dar continuidade as suas atividades e proporcionar a manutenção dos postos de trabalho (diretos e indiretos), pagamento de credores, impostos e geração de riqueza.

Dessa forma, o Plano de Recuperação Judicial elaborado pela Terra Forte e seus assessores jurídicos e consultores financeiros, a ser apresentado ao Juízo de Recuperação e aos seus credores, tem por objetivo apresentar a reestruturação de suas operações de forma a permitir:

- A recuperação da crise econômico-financeira do Grupo Terra Forte de forma a permitir que sejam retomadas as suas atividades;
- A sua preservação como fonte de geração de bens, recursos, tributos e empregos;
- A preservação da sua função social e efetiva melhora e recuperação do seu valor econômico, bem como, dos seus ativos tangíveis e intangíveis;
- O pagamento das suas dívidas aos credores nos termos e condições apresentados no Plano que procura atender aos interesses dos seus credores e são apresentados no conjunto dos demonstrativos financeiros projetados.

3.2 Síntese dos Meios de Recuperação

Um plano amplo e completo de reestruturação é o ponto de partida para catalisar o programa estratégico de longo prazo do grupo, visando reverter o ciclo de destruição de valor, preservar e estabilizar suas operações e suportar seu crescimento.

Os principais pilares que fazem parte deste Plano são:

- (i) renegociação de prazos e condições de dívidas com instituições financeiras e fornecedores do Grupo Terra Forte;



- (ii) Implementar um programa amplo de redução de custos e despesas e melhoria de performance operacional;
- (iii) do reescalonamento de seu endividamento, com alterações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento dos Créditos;
- (iv) da eventual alienação de ativos ou das atividades das Recuperandas.
- (v) Redução contínua de custos e despesas e plano de melhoria operacional e comercial;
- (vi) Monetização de ativos não core para geração de liquidez e garantia da entrega de projetos; e
- (vii) Melhora da governança e busca de melhores práticas de gestão.

3.3 Viabilidade Econômica do Plano

O Plano foi elaborado tomando por base este Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira e, como forma de reestruturação do endividamento do Grupo Terra Forte, prevê:

- (i) o alongamento do prazo para pagamento; e
- (ii) deságio no valor dos Créditos com Garantia Real e Quirografários (Classes II e III) a fim de possibilitar aos Credores a opção por uma forma de recebimento de seus Créditos mais vantajosa do que a forma de recebimento que ocorreria em eventual hipótese de falência e consequente liquidação dos ativos do Grupo Terra Forte.

3.4 Observância da Capacidade de Pagamento

O pagamento dos Créditos estabelecido no Plano observa a geração de caixa do Grupo Terra Forte, conforme previsto neste Laudo de Viabilidade Econômico-Financeira e que está em consonância com a sua capacidade de pagamento.

O Plano a ser apresentado cumpre os requisitos contidos no artigo 53 da Lei de Falências e Recuperação de Empresas uma vez que fica demonstrada a viabilidade do Grupo Terra Forte e a discriminação de forma pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados. Ao mesmo tempo, permite viabilizar de forma definitiva, nos termos da (LFRE), a superação da crise econômica em que se encontra.

A viabilização do Plano irá permitir a preservação da sua função social na comunidade brasileira em que atua, mantendo a sua condição de entidade geradora de bens, recursos, empregos (diretos e indiretos) e tributos.



Através de um conjunto de demonstrativos financeiros é identificada a geração de caixa suficiente a fazer frente aos seus compromissos correntes, assim como liquidar toda a dívida passada, tudo nos termos dos artigos 53 e 54 da Lei nº 11.101/2005.

O Plano visa principalmente atender aos interesses de seus credores, na medida em que fixa as diretrizes necessárias para maximizar a fonte de recursos e otimizar o fluxo dos pagamentos que deverão ser realizados.

3.5 Alienação de Ativos

Na hipótese de venda de ativos, ou da alienação total ou parcial de suas atividades, parte dos recursos oriundos dessa transação será destinado ao pagamento dos Credores, em conformidade com a proposta a ser ofertado por um terceiro interessado.

O Plano objeto de análise neste relatório não contempla essas hipóteses nesse primeiro momento. Dada a necessidade da concordância de alguns credores detentores de determinados ativos dados em garantia, assim como definição de veículos (UPI) e melhor forma para maximizar os valores desses ativos, referida estratégia encontra-se ainda estágio de planejamento.

3.6 Quadro Geral de Credores

Classe	Valor (R\$) -
Classe I – Trabalhista	1.007.849,66
Classe II – Credores com Garantia Real	110.185.000,00
Classe III - Credores Quirografários	929.280.146,41
Classe IV - Credores Microempresas	646.406,90
Total Sujeito ao Plano	1.041.119.402,97

3.7 Plano de Pagamento dos Credores



O Plano foi elaborado em consonância aos artigos 53 e 54 da LFR, no intuito de manter a sua atividade produtiva, função social, geração de empregos, renda e principalmente a liquidação de seus débitos junto aos credores, respeitando a viabilidade econômica e o fluxo de pagamento.

Todos os esforços de direcionamento da gestão do Grupo Terra Forte, conforme demonstrado no Plano, projetam o desejo em recuperar-se, sendo, para tanto, necessário um reescalonamento no pagamento das dívidas relacionadas e diminuição de seus encargos, de modo a viabilizar o cumprimento de tais obrigações com a recomposição do fluxo de caixa necessário.

As condições estabelecidas para pagamentos aos credores são específicas para cada tipo de credor. Essas condições estão apresentadas detalhadamente no Plano de Recuperação.

Vale comentar que o presente documento não apresenta um plano de pagamento aos credores Extraconcursais, visto que estes serão tratados individualmente.

Classe I - Credores trabalhistas.

Os Credores Trabalhistas serão pagos no prazo de até 1 (um) ano a partir da Homologação Judicial do Plano, ou da inclusão definitiva do respectivo Crédito Trabalhista na Recuperação Judicial, nos termos do art. 54 da Lei de Falências. O valor correspondente a até 5 (cinco) salários mínimos, relativos a créditos de natureza estritamente salarial e vencidos nos 3 (três) meses anteriores à Data do Pedido, quando houver, será pago no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da Homologação Judicial do PRJ. O saldo do valor dos Créditos Trabalhistas, abatidos os valores pagos de acordo com a Cláusula 3.1.1.1, será pago aos respectivos Credores Trabalhistas no prazo de até 1 (um) ano a contar da Homologação Judicial do PRJ, em 2 (duas) parcelas semestrais consecutivas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 180 (cento e oitenta) dias da Homologação Judicial do PRJ e a segunda em 360 (trezentos e sessenta) dias da Homologação Judicial do PRJ.

Classe II - Credores com Garantia Real.

Os Credores com Garantia Real serão pagos com (i) carência de 2 anos para pagamento de principal e juros; (ii) deságio de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor dos Créditos; e (iii) amortização do



principal em 8 (oito) anos em pagamentos lineares, contados a partir do término do período de carência referido em (i).

Para a atualização dos valores será utilizado o Índice da Taxa Referencial - TR criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997, acrescida de juros remuneratórios de 2% ao ano.

A correção do saldo devedor após o deságio ocorrerá em duas etapas. A primeira compreenderá entre o deferimento e o pagamento da primeira amortização, gerando assim um saldo devedor atualizado até esta data em virtude da correção acumulada sobre o valor desagiado desde a data do deferimento do processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Na segunda etapa, a correção incidirá sobre cada parcela de amortização individualmente levando em consideração o período entre o final da carência e o efetivo pagamento da mesma.

Classe III - Credores Quirografários.

O pagamento dos Credores Quirografários se dará, de acordo com as adesões, por meio de uma das seguintes opções:

Opção A: os Credores Quirografários cujo saldo credor de principal e juros conforme a Lista Geral de Credores for igual ou inferior a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) serão pagos integralmente no montante de seu respectivo saldo credor de principal e juros no prazo de até 1 (um) ano a partir da Homologação Judicial do Plano. A atualização dos valores contidos nesta classe (Classe Quirografária) utilizará o Índice da Taxa Referencial - TR criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997, acrescida de juros remuneratórios de 2% ao ano.

Opção B: os Credores Quirografários cujo saldo credor de principal e juros conforme a Lista Geral de Credores for superior a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) receberão o pagamento de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) no prazo de até 1 (um) ano a partir da Homologação Judicial do Plano, sendo certo que a adesão à “Opção B” implicará, automaticamente, na renúncia ao crédito remanescente após o pagamento dos R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) . A atualização dos valores contidos nesta classe (Classe Quirografária) utilizará o Índice da Taxa Referencial -



TR criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997, acrescida de juros remuneratórios de 2% ao ano.

Opção C: O saldo remanescente dos Credores Quirografários que não aderirem às opções acima serão pagos mediante o seguinte fluxo: (i) carência de 3 anos para pagamento de principal e juros; (ii) deságio de 70% (setenta por cento); e (iii) amortização do principal em 10 (dez anos) em pagamentos lineares, contados a partir do término do período de carência referido em (i). Para a atualização dos valores será utilizado o Índice da Taxa Referencial - TR criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997, acrescida de juros remuneratórios de 2% ao ano. A correção do saldo devedor após o deságio ocorrerá em duas etapas. A primeira compreenderá o período entre o deferimento e o pagamento da primeira amortização, gerando assim um saldo devedor atualizado até esta data em virtude da correção acumulada sobre o valor desagiado desde a data do deferimento do processo de RECUPERAÇÃO JUDICIAL. Na segunda etapa a correção incidirá sobre cada parcela de amortização individualmente levando em consideração o período entre o final da carência e o efetivo pagamento da mesma.

Classe IV - Credores Microempresas.

Os Credores Microempresas serão pagos no prazo de até 1 (um) ano em 4 (três) parcelas trimestrais sucessivas de igual valor, sendo que a primeira parcela em 90 (noventa) dias contados da Homologação Judicial do PRJ, devendo o Grupo Terra Forte adotar os melhores esforços para antecipar o pagamento.

Para a atualização dos valores será utilizado o Índice da Taxa Referencial - TR, criada pela Lei nº 8.177/91, de 01.03.1991 e Resoluções CMN – Conselho Monetário Nacional – nº 2.437, de 30.10.1997, acrescida de juros remuneratórios de 2% ao ano.

Durante todo o período em que estiver sob recuperação judicial, a direção e os cotistas do Grupo Terra Forte declaram e se comprometem a manter uma administração profissional e independente, que envidará todos os esforços para que consiga cumprir com todos os objetivos do Plano referido e, assim, ultrapassar a sua crise econômico-financeira



4. PROJEÇÕES

4.1 Perspectivas do Segmento

Alguns são os fatores que estão a favor do segmento de negócios do Grupo Terra Forte para o crescimento da demanda de seus produtos, quais sejam:

Aumento no volume de exportação do café: a participação brasileira nas exportações mundiais de café deverá subir para 32% neste ano, percentual muito próximo do patamar recorde de 32,3% alcançado pelo país em 2015, projetou o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé). Para 2019, o Cecafé estima que as exportações deverão somar 37 milhões de sacas, o crescimento será de 5,11% ante a 2018.

Aumento no consumo do café: A expectativa de aumento da participação do Brasil no mercado mundial se dá em meio a perspectivas de aumento do consumo. A demanda mundial por café somou 165,2 milhões de sacas de 60 quilos em 2018, alta de 2,16% ante 2017. Estimativa da Organização Internacional do Café (OIC) indica que o consumo poderá chegar a 222,16 milhões de sacas em 2030 se o crescimento se mantiver a uma taxa de 2,5% ao ano.

Ajuste positivo no preço do café: de acordo com pesquisa divulgada pela Reuters, os preços do café arábica poderão subir quase 25% até o final de 2019, já que a mudança no Brasil para uma safra bianual de baixa produção deve levar a oferta global a registrar um déficit na sua produção.

4.2 Laudo de Viabilidade Econômico Financeira

Metodologia

O cenário financeiro do Grupo Terra Forte apresentado neste documento, foi construído através da simulação do desempenho futuro ao qual a empresa visa alcançar, tomando como base as medidas e condições integrantes no Plano de Recuperação Judicial e as premissas operacionais, mercadológicas e financeiras definidas. Estas e outras informações gerenciais – disponibilizadas pelo Grupo Terra Forte – foram coletadas e tratadas com a finalidade de projetar o resultado econômico e o fluxo de caixa ao longo de 13 (treze) anos, contemplando os desembolsos para pagamento de passivos de acordo com a proposta



apresentada aos credores no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, este Laudo tem como objetivo mensurar a viabilidade de cumprimento das condições propostas pela Recuperanda.

No desenvolvimento foram utilizadas as informações pertinentes baseadas em relatórios, entrevistas e demonstrativos como: Demonstrativos de Resultados, Fluxos de Caixa Realizados, Livros Fiscais, Balanço Patrimonial, controles internos de exercícios passados, pesquisas de mercado, Petição Inicial, Plano de Recuperação Judicial e histórico da empresa.

A projeção é demonstrada de forma anual, compreendendo o período de 13 (treze) anos a contar do deferimento do pedido de Recuperação Judicial, ou seja, nos demonstrativos a denominação “Ano” não compreende o ano calendário (Janeiro-Dezembro), sendo a correta interpretação a contagem iniciando no mês do deferimento do pedido de recuperação e findando no décimo segundo mês posterior.

Premissas Utilizadas

A definição das premissas teve como embasamento os demonstrativos contábeis e indicadores gerenciais disponibilizados pelo Grupo Terra Forte, bem como consenso obtido em reuniões com a diretoria, gerentes e responsáveis pelas áreas. Também foi analisado o cenário econômico, o mercado de atuação da empresa, levando em consideração as perspectivas futuras e a reestruturação organizacional proposta pela Recuperanda.

Com intuito de embasar a projeção consolidada do Grupo Terra Forte de resultado econômico e de fluxo de caixa, segue abaixo as premissas consideradas nas projeções econômicas e financeiras.

A) Faturamento:

O Faturamento do Grupo Terra Forte é proveniente das receitas de comercialização de café em grão, segmentada em 2 diferentes frentes de negócio:

- Comercialização de café em grão – Mercado Interno
- Comercialização de café em grão – Mercado Externo



Ano 1 e Ano 2: O faturamento projetado com base:

- Projeção de crescimento de faturamento a partir dos históricos realizados em abril e maio de 2019:
 - Ano 1 – Crescimento de 40% vs a.a.;
 - Ano 2 – Crescimento de 28% vs. a.a.
- Ano 3 ao Ano 13:
 - Inflação projetada ano: 3% a.a.;
 - Crescimento Faturamento: 5% a.a. (Inflação + 2% a.a.)
- Dedução de Receita: Alíquota média dos impostos incidentes nas operações de aproximadamente 1%.

B) Composição custos:

- Custo da Mercadoria Vendida:
 - O custo da mercadoria vendida é proveniente da compra de café em grão para comercialização. O Grupo Terra Forte estima uma melhoria na relação percentual do custo vs. preço de venda ano após ano devido principalmente ao aumento do volume de compra/faturamento ano do grupo, situação essa que reflete em uma melhor negociação do preço de compra do café. Abaixo o percentual anual do custo da mercadoria vendida em relação à receita líquida, por ano:



GRUPO TERRA FORTE	% CUSTO MERCADORIA VENDIDA
ANO 01	93,50%
ANO 02	93,00%
ANO 03	92,00%
ANO 04	91,00%
ANO 05	91,00%
ANO 06	91,00%
ANO 07	91,00%
ANO 08	91,00%
ANO 09	91,00%
ANO 10	91,00%
ANO 11	91,00%
ANO 12	91,00%
ANO 13	91,00%

* Percentual da Receita Líquida

C) Despesas operacionais:

Despesas comerciais e administrativas:

- As despesas Comerciais e Administrativas devido principalmente a atividade principal do Grupo Terra Forte que é a comercialização de grãos (“Trading Café”) estão relacionadas diretamente com a geração de receita líquidas do Grupo Terra Forte. Com base nos históricos da empresa projetamos os valores percentuais relativos a essas despesas. Podemos analisar abaixo que o percentual anual em relação a receita líquida vai reduzindo durante o ano, redução fruto da diluição dos custos fixos do Grupo Terra Forte impactados pelo aumento da receita líquida do Grupo.



DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS			
GRUPO TERRA FORTE	% DESPESAS COMERCIAIS	% DESPESAS ADMINISTRATIVAS	% Total
ANO 01	-1,74%	-3,23%	-4,97%
ANO 02	-1,74%	-3,23%	-4,97%
ANO 03	-1,72%	-3,20%	-4,92%
ANO 04	-1,70%	-3,17%	-4,87%
ANO 05	-1,69%	-3,13%	-4,82%
ANO 06	-1,67%	-3,10%	-4,77%
ANO 07	-1,65%	-3,07%	-4,72%
ANO 08	-1,63%	-3,04%	-4,67%
ANO 09	-1,62%	-3,00%	-4,62%
ANO 10	-1,60%	-2,97%	-4,57%
ANO 11	-1,58%	-2,94%	-4,52%
ANO 12	-1,56%	-2,91%	-4,47%
ANO 13	-1,55%	-2,87%	-4,42%

* Percentual da Receita Líquida

D) Depreciação:

- Projetada depreciação atual até o fim do Plano de Recuperação.

E) Outros Resultados Operacionais:

- Os outros resultados operacionais são relativos aos resultados das empresas **Jodil Agropecuária e Participações Ltda.** e **João Faria da Silva** empresário rural. Estão estimados os resultados líquidos dessas empresas sendo respectivamente resultados relativos a aluguéis e resultados relativos a produção/colheita anual de café que é destinado a exportação. Esses resultados estão expressos em outros resultados operacionais devido sua pequena materialidade e representatividade sobre o resultado total do Grupo Terra Forte, entretanto as duas operações participam de forma unificada da gestão de caixa do Grupo Terra Forte tendo suas receitas e despesas geridas por um caixa único do Grupo.



F) Despesas Financeiras:

- Nas despesas financeiras estão lançados os encargos dos Créditos Aderentes ao Plano de Recuperação Judicial, além das novas captações previstas.

G) Provisão para IRPJ/CSLL

- Não efetuamos provisão pois os benefícios fiscais são excluídos da base de cálculo destes tributos, gerando base negativa para cálculos dos mesmos.

H) Necessidade de Capital de Giro:

- Prazo médio dos itens que compõe o cálculo do capital de giro foram determinados pela política financeira da companhia, visto que os históricos recentes ficaram comprometidos pelo baixo faturamento originado pela falta de recursos para aquisição de capital de giro.

I) CAPEX:

Os armazéns foram concluídos em 2017, e está operando abaixo de sua capacidade instalada. Está dimensionada para atender o crescimento projetado sem a necessidade de novos investimentos.

- Ano 4 ao ano 7: Investimento de 25% do valor da depreciação para reposição ou manutenção que mantenham a capacidade operacional dos bens.
- Ano 7 ao ano 13: Investimento de 50% do valor da depreciação para reposição ou manutenção que mantenham a capacidade operacional dos bens.

J) Captação de Novos Recursos:

O grupo apresenta uma situação delicada de fluxo de caixa, a qual não suporta a necessidade de capital de giro para financiamento de suas operações, principalmente nos primeiros anos do Plano.



Dessa forma, o modelo considera a captação de novos recursos no montante de R\$ 30.000 mil (trinta milhões de Reais) no 1º ano a taxa de 13% aa pré fixada, com um ano de carência de principal e com pagamentos lineares por 5 anos.

Tal recurso deverá ser captado através de um *DIP Finance (Debtor in Possession)*, devido à falta de liquidez no mercado financeiro.

K) Capitalização:

O Modelo considera uma entrada de recursos no total de R\$ 85.000 mil (oitenta e cinco milhões de reais) para fazer frente às necessidades de capital de giro para financiamento de suas operações ao longo do plano e também para honrar os pagamentos de seus credores e respectivas classes, em conformidade com o plano apresentado. Tal capitalização deverá ocorrer prioritariamente via desmobilização de ativos e sem custo oneroso, mas, na impossibilidade de venda, deverá ser através de novo endividamento. De acordo com o fluxo de caixa projetado, os aportes deverão ocorrer de acordo com o seguinte cronograma:

- Ano 1 – R\$ 30.000 mil (trinta milhões de reais);
- Ano 4 – R\$ 10.000 mil (dez milhões de reais);
- Ano 5 – R\$ 15.000 mil (quinze milhões de reais);
- Ano 6 – R\$ 15.000 mil (quinze milhões de reais);
- Ano 7 – R\$ 15.000 mil (quinze milhões de reais);



4.3 Demonstrativo de Resultados Projetado (Valores Estimados em Milhões de Reais)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Faturamento Bruto	399.574	512.984	538.633	565.565	593.843	623.535	654.712	687.448	721.820	757.911	795.807	835.597	877.377
		28%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Faturamento Líquido	395.658	507.957	533.355	560.022	588.024	617.425	648.296	680.711	714.746	750.484	788.008	827.408	868.779
(-) Custo de Mercadoria Vendida	- 369.940	- 472.400	- 490.686	- 509.620	- 535.101	- 561.856	- 589.949	- 619.447	- 650.419	- 682.940	- 717.087	- 752.941	- 790.588
Lucro Bruto	25.718	35.557	42.668	50.402	52.922	55.568	58.347	61.264	64.327	67.544	70.921	74.467	78.190
(-) Despesas Operacionais	- 19.664	- 25.245	- 26.241	- 27.273	- 28.343	- 29.451	- 30.600	- 31.789	- 33.021	- 34.297	- 35.618	- 36.985	- 38.400
<i>(-) Despesas Comerciais</i>	- 6.882	- 8.836	- 9.184	- 9.546	- 9.920	- 10.308	- 10.710	- 11.126	- 11.557	- 12.004	- 12.466	- 12.945	- 13.440
<i>(-) Despesas Administrativas</i>	- 12.782	- 16.410	- 17.057	- 17.728	- 18.423	- 19.143	- 19.890	- 20.663	- 21.464	- 22.293	- 23.152	- 24.040	- 24.960
(+) Outros Resultados Operacionais	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000
Resultado Operacional	11.054	15.312	21.427	28.129	29.579	31.117	32.747	34.475	36.306	38.246	40.303	42.482	44.790
Resultado Financeiro	- 11.701	- 11.130	- 10.329	- 9.397	- 7.784	- 6.172	- 4.559	- 3.846	- 3.134	- 2.421	- 1.708	- 1.139	- 569
Lucro Líquido	- 647	4.182	11.099	18.732	21.795	24.945	28.188	30.628	33.172	35.825	38.595	41.343	44.221



4.4 Fluxo de Caixa Projetado (Valores Estimados em Milhões de Reais)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Faturamento Líquido	395.658	507.957	533.355	560.022	588.024	617.425	648.296	680.711	714.746	750.484	788.008	827.408	868.779
EBITDA	12.927	17.185	23.301	30.003	31.453	32.991	34.621	36.348	38.179	40.120	42.176	44.355	46.664
(-) CAPEX				468	468	468	468	937	937	937	937	937	937
(-) Necessidade de Capital de Giro	25.318	7.017	1.252	-7.197	1.310	1.375	1.443	1.515	1.590	1.669	1.751	1.838	1.930
(-) IR													
(=) Saldo Operacional	-12.391	10.168	22.049	36.731	29.675	31.148	32.709	33.897	35.653	37.515	39.488	41.580	43.797
(+) DIP	30.000												
(+) Capitalização	30.000			10.000	15.000	15.000	15.000						
(=) Caixa Livre Para Amortização de Dívida	47.609	10.168	22.049	46.731	44.675	46.148	47.709	33.897	35.653	37.515	39.488	41.580	43.797
(=) Caixa Acumulado Para Amortização de Dívida	47.609	57.777	79.826	126.557	171.232	217.380	265.089	298.986	334.639	372.154	411.642	453.222	497.019
(-) Div. Financeira Total													
Saldo Devedor	361.498	360.441	352.859	311.223	269.588	227.953	192.317	156.682	121.047	85.412	56.941	28.471	0
(-) Amortização Principal	36.654	6.000	13.165	41.635	41.635	41.635	35.635	35.635	35.635	35.635	28.471	28.471	28.471
(-) Juros Amortizado	4.633	3.900	4.266	9.037	7.544	6.052	4.559	3.846	3.134	2.421	1.708	1.139	569
Total Pago P+J BRL	41.287	9.900	17.431	50.672	49.180	47.687	40.194	39.482	38.769	38.056	30.179	29.609	29.040
(-) Créditos Sujeitos a Recuperação Judicial													
Saldo Devedor	331.498	336.441	334.859	299.223	263.588	227.953	192.317	156.682	121.047	85.412	56.941	28.471	(0)
(-) Amortização Principal	36.654	-	7.165	35.635	35.635	35.635	35.635	35.635	35.635	35.635	28.471	28.471	28.471
(-) Juros Amortizado	733	-	1.146	6.697	5.984	5.272	4.559	3.846	3.134	2.421	1.708	1.139	569
Total Pago P+J BRL	37.387	-	8.311	42.332	41.620	40.907	40.194	39.482	38.769	38.056	30.179	29.609	29.040
(-) DIP													
Saldo Devedor	30.000	24.000	18.000	12.000	6.000	-	0	-	0				
(-) Amortização Principal	-	6.000	6.000	6.000	6.000	6.000	-	-	-				
(-) Juros Amortizado	3.900	3.900	3.120	2.340	1.560	780	-	0					
Total Pago P+J BRL	3.900	9.900	9.120	8.340	7.560	6.780	-	0					
(=) Caixa Livre Pós Div. Financeira	6.322	268	4.618	-3.941	-4.505	-1.539	7.515	-5.585	-3.116	-542	9.309	11.971	14.757
(=) Caixa Acumulado Pós Div. Financeira	6.322	6.590	11.208	7.266	2.761	1.222	8.737	3.152	36	505	8.804	20.775	35.532



5 Conclusão

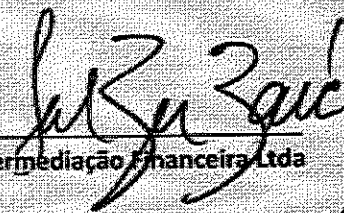
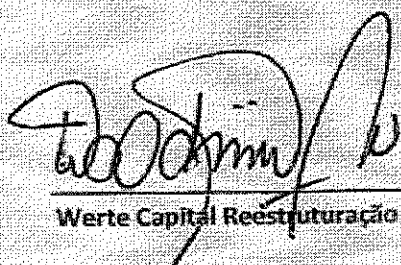
O presente Laudo de Viabilidade Econômica foi elaborada pela Werte Capital 1 como subsídio ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Terra Forte e está sujeito às premissas e assunções nele expressadas. O presente quadro está sujeito a modificações por não ter decorrido o prazo legal de habilitação e impugnação de créditos.

Este Laudo tem como objetivo avaliar a viabilidade econômico-financeira das Recuperandas analisando o Plano de Recuperação Judicial proposto, verificando a continuidade de suas operações e buscando a maximização de retorno para credores, colaboradores, clientes, fornecedores, acionistas e comunidade da qual fazem parte. Isso ocorrerá com a estabilização decorrente da estratégia de retomada. Ressalta-se que os estudos realizados, não contemplam a análise de viabilidade das Recuperandas sob aspectos societários, tributários e legais. Nossa análise assume que todas as premissas macroeconômicas e operacionais contidas nesse relatório, bem como todas as premissas de reestruturação de créditos, sujeitos ou não ao plano de recuperação, apresentadas no plano de recuperação judicial serão verificadas e atingidas. A não verificação ou atingimento de qualquer uma das premissas adotadas, incluindo, mas não se limitando a, estabilidade econômica do país, manutenção do atual modelo regulatório e o desempenho operacional esperado da Companhia poderão tornar esta análise inválida. Ainda, a Werte Capital 1 entende que o plano de recuperação do Grupo Terra Forte deveria ser revisto na ausência, atraso ou redução das captações de novos recursos e plano de desmobilização de ativos previstos no fluxo de caixa, bem como no caso de não verificação ou atingimento de quaisquer premissas apresentadas nesse relatório e no plano de recuperação judicial.

As projeções foram realizadas num horizonte de 13 (treze) anos, com base em informações da própria Recuperanda e das expectativas em relação ao comportamento de mercado, preços, estrutura de custos e valores do passivo inscrito no processo. Assim, as mudanças na conjuntura econômica nacional bem como no comportamento das proposições consideradas poderão destoar os resultados apresentados neste laudo.



Tendo em vista todo o exposto neste trabalho, as premissas e estratégias adotadas, bem como o plano de pagamento aos credores, é possível concluir que a Recuperanda possui capacidade de saldar com suas obrigações nos prazos e condições estabelecidas, sendo uma empresa viável, passível de recuperação e de perpetuidade do negócio.



Werte Capital Reestruturação e Intermediação Financeira Ltda